

O IMPACTO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA EM GILBUÉS-PI: EDUCAÇÃO, RESISTÊNCIA E SABERES TRADICIONAIS

Gabrielle Brito Fonseca ¹
Antoniele Silvana de Melo Souza ²

INTRODUÇÃO

Os quilombos, formados majoritariamente por populações negras fugidas do regime escravista, configuram-se como espaços históricos de resistência política, social e cultural no Brasil. Longe de se constituírem apenas como refúgios temporários, os quilombos representaram estruturas complexas de organização comunitária e de preservação de saberes ancestrais. No interior desses territórios, práticas de educação informal foram fundamentais para a construção e a manutenção de identidades coletivas, bem como para a transmissão de valores culturais, religiosos e étnicos originários das diversas matrizes africanas. Assim, os quilombos não apenas desafiaram a ordem escravocrata vigente, mas também consolidaram-se como ambientes pedagógicos alternativos, nos quais a resistência se manifestava tanto pela luta física quanto pelo cultivo de formas próprias de conhecimento e aprendizagem.

A escolha do município de Gilbués, localizado no sul do estado do Piauí, como objeto de estudo sobre os quilombos enquanto espaços de resistência e educação informal revela-se particularmente pertinente quando se considera sua trajetória histórica, sua inserção regional e os desafios ambientais que enfrenta. Nesse contexto, os quilombos inserem-se como herdeiros e continuadores dessa tradição de luta, não apenas pela liberdade, mas também pela preservação da identidade cultural e das formas comunitárias de organização social.

Em Gilbués, essas comunidades remanescentes de quilombolas, ainda que muitas vezes invisibilizadas nas esferas oficiais, desempenham um papel fundamental como guardiãs do saber tradicional e da memória coletiva. A educação informal aí praticada transmitida oralmente, nas práticas agrícolas, nos ritos religiosos e nos modos de vida comunitários constitui-se como uma forma legítima e autêntica de resistência cultural, preservando conhecimentos ancestrais e promovendo a coesão social.

¹ Pedagoga pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, gabriellebrito.fnsc@email.com;

² Professor orientador: Doutora antoniellesilvana.cte@email.com.



Gilbués constitui um verdadeiro laboratório vivo para o estudo dos quilombos enquanto espaços de resistência histórica, cultural e ambiental. A análise da realidade quilombola no município permite compreender como, mesmo diante de adversidades seculares, essas comunidades persistem na construção de alternativas de existência baseadas na solidariedade, na ancestralidade e na transmissão de saberes não escolares, mas profundamente enraizados na vivência coletiva.

Em suma, ao conjugar uma rica herança histórica de lutas sociais, uma relevância econômica regional e uma complexa dinâmica ambiental, Gilbués oferece um campo fértil para a investigação dos quilombos como espaços privilegiados de resistência e educação informal. Valorizar essa realidade é, ao mesmo tempo, reconhecer a força da tradição e afirmar a importância de preservar os legados culturais que moldam a identidade brasileira

O presente estudo tem como objetivo analisar de que modo as comunidades quilombolas de Gilbués constroem práticas educativas locais e influenciam os processos formativos, valorizando a cultura afro-brasileira, os saberes tradicionais e a pedagogia da ancestralidade.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

A pesquisa é qualitativa e descritiva, sustentada em revisão bibliográfica e documental, com base em autores como bell hooks (1994), Muniz Sodré (2017), Boaventura de Sousa Santos (2007) e Nilma Lino Gomes (2012). O estudo também considera relatos etnográficos e registros oficiais de comunidades quilombolas do município de Gilbués. A análise fundamenta-se nos princípios da educação popular e da pedagogia da ancestralidade, reconhecendo os saberes locais como forma legítima de conhecimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação quilombola é expressão de uma pedagogia ancestral que rompe com o paradigma da escolarização eurocêntrica. Para bell hooks (1994), a educação deve ser um ato de liberdade, um espaço onde o oprimido reencontra sua voz e reconhece sua dignidade. Essa perspectiva libertadora ecoa nas comunidades quilombolas, onde o aprender e o ensinar se fundem em uma experiência coletiva e afetiva.



Muniz Sodré (2017) propõe a ideia de um “saber corporal”, que transcende a lógica da racionalidade moderna e valoriza a experiência sensível. Nos quilombos, o conhecimento é transmitido pelo corpo, pelos gestos, pela música, pela terra e pela fé — elementos que tecem o cotidiano e moldam a identidade coletiva.

Boaventura de Sousa Santos (2007) amplia essa compreensão ao propor as “Epistemologias do Sul”, um convite à valorização dos saberes produzidos por povos historicamente marginalizados. Para o autor, é preciso romper com o “monoculturalismo da ciência” e reconhecer a pluralidade dos modos de conhecer. A pedagogia quilombola, nesse sentido, é também uma forma de resistência epistêmica: ela nega o apagamento e afirma a multiplicidade de saberes.

Nilma Lino Gomes (2012) destaca que a escola quilombola deve ser espaço de valorização cultural e combate ao racismo. Para ela, a educação precisa reconhecer o território, a oralidade e a ancestralidade como dimensões fundamentais da aprendizagem. Assim, ao reunir essas contribuições teóricas, compreende-se a educação quilombola como prática libertadora, política e afetiva, capaz de construir caminhos de emancipação e identidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Contexto Histórico e Social de Gilbués (PI)

As comunidades quilombolas de Gilbués são herdeiras diretas dessa tradição de resistência. Apesar de enfrentarem desafios como o isolamento geográfico, o avanço da desertificação e a carência de políticas públicas, mantêm vivas suas formas próprias de organização social, espiritualidade e educação comunitária.

As práticas educativas nas comunidades vão além da escola: estão presentes nas rodas de conversa, nas rezas, nas colheitas e nas celebrações religiosas. O ensino se dá por meio da experiência, da oralidade e da convivência práticas que garantem a transmissão dos saberes e fortalecem o sentimento de pertencimento.



Essas comunidades reafirmam cotidianamente sua presença e resistência no sertão piauiense, contribuindo para a preservação ambiental e a manutenção da memória coletiva.

Educação nas Comunidades Quilombolas

A educação quilombola se estrutura a partir de duas dimensões: a formal, vinculada às escolas públicas locais, e a informal, enraizada na cultura comunitária. Enquanto a escola convencional muitas vezes reproduz um currículo eurocêntrico e descolado da realidade local, a educação quilombola propõe uma pedagogia que nasce da vida, do território e da ancestralidade.

As práticas educativas informais ocorrem em múltiplos espaços: no plantio e na colheita, nas festas, nos cantos, nas histórias contadas pelos mais velhos. Muniz Sodré (2017) denomina isso de “saber corporal”, pois o corpo é o principal mediador do conhecimento. Esses saberes são transmitidos pela escuta, pelo toque e pela convivência modos de ensinar e aprender que resistem à padronização escolar.

A legislação brasileira, por meio da Lei 10.639/2003, determina o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas, mas sua implementação ainda é limitada. Em Gilbués, observa-se que muitas escolas carecem de professores formados em educação étnico-racial e de materiais didáticos que contemplem a cultura quilombola. Essa lacuna reforça o racismo institucional e contribui para a evasão escolar.

Visando isso é preciso iniciativas transformadoras: projetos pedagógicos que valorizam a história afro-brasileira, hortas escolares integradas ao saber agrícola tradicional, oficinas de contação de histórias, estudos sobre as religiões da fé católica e sua ligação com cultos de religiões matriz africana e celebrações culturais dentro da escola. Essas ações aproximam o currículo escolar do território e fortalecem o diálogo entre saberes.

Como lembra bell hooks (1994), uma educação libertadora precisa nascer da escuta e do respeito à experiência dos oprimidos. Quando a escola reconhece a sabedoria da comunidade, o aprendizado se torna ato de cura e resistência.



Impactos Educacionais e Socioculturais

Em Gilbués (PI), a presença das comunidades quilombolas ainda não se traduz em um diálogo efetivo com as práticas pedagógicas locais. As escolas, em sua maioria, permanecem distantes da realidade quilombola, reproduzindo currículos e metodologias descontextualizadas que pouco valorizam a identidade negra e os saberes tradicionais.

A ausência de projetos de educação patrimonial, de eventos culturais afro-brasileiros e de ações interdisciplinares voltadas à diversidade evidencia uma lacuna entre o sistema escolar e a comunidade. Essa desconexão compromete a construção da autoestima dos estudantes quilombolas e reforça o apagamento histórico de suas contribuições culturais no sertão piauiense.

Essa lacuna de experiências revelam que a educação quilombola ultrapassa o espaço escolar e se transforma em prática social. Ao valorizar os saberes tradicionais, as comunidades constroem um modelo de educação que promove o pertencimento e a justiça cognitiva. Boaventura de Sousa Santos (2007) denomina esse movimento de “ecologia de saberes”, em que o conhecimento acadêmico e o conhecimento ancestral coexistem e se fortalecem mutuamente.

Entretanto, persistem desafios estruturais: a ausência de políticas públicas efetivas, a resistência institucional, a falta de recursos e a desvalorização da formação docente. Esses obstáculos mostram que a luta quilombola pela educação é também uma luta por reconhecimento e autonomia.

Apesar das tensões, a resistência floresce. O protagonismo das lideranças comunitárias e o engajamento de educadores antigos comprometidos com a educação necessita impulsionar a construção de práticas pedagógicas inovadoras. Nelas, o aprendizado se dá pela experiência, pela partilha e pela memória, uma verdadeira pedagogia da esperança, como diria Paulo Freire..

CONSIDERAÇÕES FINAIS



A educação quilombola em Gilbués reafirma a força da ancestralidade como eixo formativo e político. Mesmo diante de adversidades, as comunidades continuam ensinando o valor da solidariedade, da oralidade e do pertencimento. Elas nos lembram que aprender é um ato de resistência e que o conhecimento não está apenas nos livros, mas nas mãos que plantam, nas vozes que narram e nos corpos que dançam.

Os resultados da pesquisa apontam que a educação quilombola é uma das expressões mais potentes de resistência cultural no sertão piauiense. Ela promove justiça cognitiva, amplia o reconhecimento da identidade negra e fortalece o diálogo entre escola e comunidade. No entanto, sua consolidação depende do comprometimento do Estado com políticas públicas específicas, formação de professores e investimentos estruturais.

Como defendem hooks (1994) e Gomes (2012), a educação libertadora precisa ser também uma educação antirracista e plural, que valorize as múltiplas formas de saber e de ser. Assim, reconhecer as práticas educativas quilombolas é também um gesto de reparação histórica e de valorização da diversidade cultural brasileira.

Por fim, a pesquisa sugere o aprofundamento de estudos etnográficos que explorem as dinâmicas educativas dentro das comunidades quilombolas piauienses, contribuindo para que suas vozes e saberes ocupem o lugar que sempre lhes foi devido: o centro da narrativa sobre a educação brasileira.

Palavras-chave: Educação quilombola; Gilbués; Identidade; Saberes tradicionais; Justiça cognitiva.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Brasília: MEC, 2012.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- GOMES, Nilma Lino. Educação e diversidade cultural. Petrópolis: Vozes, 2012.



HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A gramática do tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2007.

SODRÉ, Muniz. Pensar nagô: ancestralidade, corpo e educação. Petrópolis: Vozes, 2017

